

VISÃO DO CORREIO

STF condena a violência política que matou Marielle

A primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos mandantes e autores do assassinato da vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018. As penas variam de nove a 76 anos de prisão entre os cinco condenados pelos ministros. A decisão, por unanimidade, precisa ser entendida como um recado aos que ignoram a legislação e apelam à violência para alcançar interesses pessoais ou de grupos, desvirtuando as disputas políticas.

A vereadora foi vítima da extrema violência de gênero que contamina os poderes constituídos. Um empenho masculino em invisibilizar as mulheres que não é só desrespeitoso, mas um sequestro da equidade de gênero com repercussões diversas. Agressões verbais durante sessões oficiais, discursos atropelados por intervenções agressivas de homens e disseminação de fake news, turbinadas pela inteligência artificial (IA), fazem parte da realidade daquelas que insistem em ocupar espaços ainda reconhecidos como exclusivamente masculinos.

A misoginia começa na escolha de candidatos aos cargos eletivos. De acordo com a Lei nº 12.034/2009, a minirreforma eleitoral, as mulheres têm que ser 30% dos candidatos às disputas eleitorais para os Legislativos municipais, estaduais e federal. Mas, na prática, a legislação não é cumprida em todos os estados e municípios. Segundo o Mapa Mulheres 2025, da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está na 133ª posição no ranking global de representação de mulheres no Congresso Nacional — o que bem ilustra o drible dos líderes partidários a fim de favorecer os homens. Das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, apenas 51 são

ocupadas por mulheres (menos de 10%); e das 81 do Senado, elas têm só 13 (16%).

Parlamentares argumentam que não têm culpa diante da escolha dos eleitores. Mas, para além da falta de empenho das legendas em apoiar candidaturas femininas, há um ambiente de disputa misógino e agressivo que afasta as interessadas em trilhar carreira pública. Esse ambiente opressor chegou ao ápice com o cruel homicídio de Marielle Franco. No entendimento do ministro relator do processo, Alexandre de Moraes, a vereadora era um “obstáculo relevantíssimo” aos interesses econômicos e políticos dos mandantes. “Se juntou a questão política com misoginia, com racismo, com discriminação (...) Na cabeça misógina de executores, quem iria ligar pra isso?”, referiu-se o ministro à execução da vereadora.

Não há pudor para matar, muito menos para outras práticas abusivas. O Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil, elaborado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), mostra que, no quarto trimestre de 2025, mulheres foram alvo, sobretudo, de violências semióticas: 22 casos, representando 81,5% desse tipo de abuso. Nos três casos de violência sexual contabilizados, todas as vítimas eram mulheres.

Um país não protagoniza disputas republicanas de projetos de governo ou de pressões legislativas com candidaturas oprimidas. A realidade do Brasil impõe mudanças nas relações de gêneros em todas as instâncias do campo político. Sobreretudo em um ano eleitoral, a decisão do STF precisa ser um sinal incontestável de que não pode haver mais espaço para aqueles que trabalham contra a equidade de gêneros, coerente e concebida pelo regime democrático.



PALOMA OLIVETO
paloma.oliveto@cbpress.com.br

Precisamos falar de ciência

A espetacularização criada em torno da pesquisa da bióloga Tatiana Sampaio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e os desdobramentos dessa exposição por parte da mídia são mais uma prova da importância do letramento científico no Brasil. Em pouco mais de uma semana, o trabalho da cientista foi de “cura da paraplegia” a “falsa esperança” — um movimento que nada tem a ver com o promissor estudo preliminar da equipe de Sampaio, mas, sim, com como isso foi comunicado ao público e manipulado por “influenciadores” e até políticos.

(Aqui, peço licença para abrir um parágrafo-parêntese. Enquanto o presidente Luís Inácio Lula da Silva postou um constrangedor vídeo nas redes sociais encorajando a cientista a “pedir ao ministro da Saúde” para “liberar logo” os estudos clínicos com a poliaminina, o senador Flávio Bolsonaro, cuja família demonstrou diversas vezes o desprezo pela produção acadêmica, chamou de “milagre” os 25 anos de pesquisa de Sampaio e, para arrematar, batizou o objeto de estudo de “proteína de Deus” porque a estrutura tem formato de cruz).

Além do uso político de uma pesquisa científica que, caso rigorosamente testada e confirmada, poderá beneficiar pacientes com lesões medulares, o estudo da equipe de Tatiana Sampaio recebeu interpretações, no mínimo, levianas. Valendo-se da pouca familiaridade do brasileiro com a ciência, os resultados obtidos até agora foram vendidos como promessa de cura e já até “anunciaram”, em redes sociais, que a bióloga já ganhou o Nobel.

Isso é injusto com pacientes esperançosos e com os pesquisadores. Enquanto as manchetes exaltam a recuperação de pessoas que não conseguiam mexer nenhum dedo, é em letra miúda que se explica a situação atual dessa pesquisa que, repito, é

extremamente promissora, porém experimental, como deve ser a boa ciência.

Sampaio demonstrou, até agora, que, no ambiente controlado — o laboratório —, a poliaminina, sob determinadas condições descritas no estudo, pode restaurar lesões medulares. E isso é incrível, um excelente resultado de décadas de esforço mesmo com os cortes orçamentários dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Confirmem-se ou não os desfechos esperados, Sampaio e equipe já são dignos de reconhecimento e comemoração. Afinal, toda pesquisa séria gera conhecimento.

Mas a atenção despertada pelo estudo da bióloga rapidamente deixou os “críticos” de cabelo em pé. De uma hora para outra, “especialistas” e cientistas esqueceram de que estudos experimentais são uma prova de conceito e, por isso, dispensam o tal controle (a comparação com os pacientes que não recebem o tratamento), uma exigência das etapas clínicas, posteriores.

A arrogância com a qual alguns acadêmicos estão tratando a pesquisa de Tatiana Sampaio levanta dúvidas de até que ponto há mesmo uma preocupação com o desenho do estudo ou se isso é puro recalque.

O conhecimento mínimo em ciência livra os leitores/espectadores de promessas que não foram feitas pelo pesquisador e de ataques injustos contra ele. Só que, tradicionalmente, o Brasil não faz divulgação científica — vide o número pífio de museus de história natural e as iniciativas tímidas de mostrar que a ciência está em absolutamente tudo, do remédio que tomamos ao suflê de batatas que cozinhamos. Para formar cidadãos críticos, capazes de compreender os desafios e as maravilhas do conhecimento, precisamos muito mais do que ensinar a criança a plantar feijão no algodão ou promover feiras de ciências para os alunos ganharem uns pontos a mais na nota final.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Impostos

O governo anunciou, como tem sido praxe desde que assumiu, novo aumento de impostos. Desta vez, sobre importação de celulares e aparelhos, com a justificativa de evitar “colapso” da indústria nacional. A história mostra que esse tipo de ação se torna um tiro no pé. A que custo? Até onde sei, o Brasil não produz processadores, robôs, maquinário industrial nem infraestrutura avançada para TI. Quando o governo desestimula que a tecnologia de ponta chegue ao Brasil por um preço competitivo, simplesmente coíbe ou atrasa a inovação em nosso país. A indústria que se visa proteger se torna mais atrasada e ineficiente, expulsando nossos inovadores para o exterior. O protecionismo vende a ilusão de que salva o produto nacional, mas, na prática, subsidia o atraso e, frequentemente, resulta em preços mais altos para o consumidor e em menor inovação industrial.

» **Ricardo Santoro**
Lago Sul

Banco Master

“Fomos enganados”, disse o deputado distrital Rogério Morro da Cruz, do PRD, sobre o projeto de lei do Executivo que coloca terrenos públicos da cidade como garantia em empréstimos para salvar o Banco de Brasília. Ninguém foi enganado. Esses deputados distritais colocaram o BRB nessa situação junto com o governador do Distrito Federal. E a conta ficará para nós, moradores de Brasília, pagarmos.

» **Derli Luiz**
Gama

Transporte público 1

É só entrar num ônibus para perceber a dura realidade dos preços e da qualidade e ouvir os reclamos dos passageiros. Na base disso, estão três causas principais: a má gestão, a corrupção e um terrível engano histórico, que atinge todos, inclusive os particulares, que não utilizam transporte público — a opção pela malha rodoviária. No Distrito Federal, temos o metrô, morto na origem, que padece de projeto de má qualidade e má gestão, além da inutilidade, pois deveria ter sido optado um trem leve de superfície. O Brasil todo escolheu as vias rodoviárias em troca dos trens, cujas linhas encontram-se, em grande parte, sucateadas, destruídas e abandonadas. Nenhum governante tem coragem de reverter esse quadro, pois são dominados pelos interesses da indústria automobilística. E o problema só agrava com o tempo, pois é inviável frente ao transporte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Tragédia na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. Enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024. Temporal arrasa Juiz de Fora, em 2026. Quando o óbvio ainda precisa ser dito: a crise climática não é fake news.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

O GDF pretende investir R\$ 6,6 bilhões para recuperar o BRB. Isso significa menos recursos para áreas prioritárias, como educação, saúde e segurança. Outros estados já privatizaram ou liquidaram seus bancos, a exemplo do Banespa (SP), Banestado (PR) e Banco da Paraíba.

Itiro lida —Asa Norte

Crise do Banco Master amplia rombo no FGC, mostra o **Correio**. Nada que não sabíamos. É por essa e outras razões que impõe-se a urgente prisão preventiva de Vercaro, a ser cumprida na Papuda, para a proteção da ordem pública e econômica.

Milton Cordova Junior — Vicente Pires

temos um transporte público com um metrô de bonecas ou de brinquedo, que só beneficia parte da população. O lado norte da cidade fica só com os ônibus e transportes piratas. Quando nossos governantes vão optar pela população e não pelas empresas de ônibus e as automobilísticas?

» **João Coelho Vítola**
Asa Norte

Pedro Turra

Advogados abandonam defesa de Petro Turra. “A verdade deve ser pleiteada com ardor e veemência, mas com dignidade e prudência”, como ensinava Sobral Pinto. Na advocacia criminal, não se defende crime, defende-se a Constituição, o devido processo e a pena justa. É dever do advogado esclarecer ao cliente, com transparência, todas as possibilidades do caso, sem prometer resultados, porque nossa atuação é de meio, não de fim. Ardor na defesa, responsabilidade na orientação e compromisso com a Justiça.

» **Lúcia Martins**
Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nasce os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotografias são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br